



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social**

**Sub-eixo: Estado, políticas sociais e movimentos sociais**

## **FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E CULTURA POLÍTICA AUTORITÁRIA: ELEMENTOS PARA ANÁLISE DA DEMOCRACIA.**

**PRISCILLA CORDEIRO CRUZ DE BARROS <sup>1</sup>**

### **RESUMO:**

O presente artigo objetiva debater a relação entre a formação social brasileira e a cultura política autoritária, compreendendo a recente escalada autoritária no Brasil, provocada pelo Golpe 2016 e no governo Bolsonaro, enquanto reminiscência da formação social brasileira. Será procedida uma reflexão teórica acerca da fragilidade democrática em razão do legado autoritário.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação Social Brasileira, Cultura Política, Autoritarismo.

### **ABSTRACT:**

This article aims to debate the relationship between Brazilian social formation and authoritarian political culture, understanding the recent authoritarian escalation in Brazil, caused by the 2016 Coup and the Bolsonaro government, as a reminiscence of Brazilian social formation. A theoretical reflection will be carried out on democratic fragility due to the authoritarian legacy.

**KEYWORDS:** Brazilian Social Formation, Political Culture, Authoritarianism.

## **I- INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem o objetivo de discutir a relação entre a formação social brasileira e a cultura política, considerando a influência dos processos históricos que fundaram e favoreceram o desenvolvimento do autoritarismo como marca da cultura política do país.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pernambuco

Nesse sentido, a relação entre as categorias em análise evidenciam as diversas formas pelas quais o autoritarismo perpassa as bases da sociedade brasileira, moldando os valores e os processos decisórios na esfera institucional do Estado, alastrando-se até as dinâmicas societárias.

Para tanto, será procedida uma reflexão teórica a partir da recuperação de elementos da formação social brasileira que condicionaram preponderantemente a cultura política autoritária expressa em golpes de Estado e muita violência no trato das questões sociais candentes no contexto nacional em diferentes períodos históricos, sobretudo a partir do Golpe de 2016 e o recrudescimento do autoritarismo no Governo Bolsonaro, provocando o esvaziamento da institucionalidade democrática.

A qualidade da democracia no Brasil e os seus desafios contemporâneos possui íntima articulação com o legado da formação social brasileira que forjou uma cultura política autoritária, refratária aos direitos de naturezas diversas, responsáveis por consubstanciar a democracia para além do aspecto jurídico-formal. Isto é, as saídas autoritárias apresentam-se como alternativas das elites político-econômicas toda vez que o processo de democratização avança na direção da socialização da política e da riqueza socialmente construída.

Ressalta-se que as reflexões deste artigo fazem parte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida no processo de doutoramento em Serviço Social no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco. A estruturação do artigo compreenderá em um tópico inicial apresentando os conceitos relevantes trazidos por Florestan Fernandes acerca das facetas do autoritarismo, a exemplo do mandonismo, clientelismo e reacionarismo. Na sequência, outro tópico abrangerá o debate polissêmico no campo da cultura política enquanto objeto de diferentes áreas do saber e por fim, como a conjunção desses aspectos analíticos indicam que os ataques à democracia no Brasil resultam como uma expressão ideológica do autoritarismo.

## **II – A Formação Social Brasileira e o legado autoritário**

As bases fundamentais da sociedade brasileira assentam-se na violência colonial, expropriação de riquezas, extermínio dos povos originários e séculos de escravização de negras e negros raptadas(os) de diferentes regiões da África. Do ponto de vista do modelo econômico destacou-se a exploração colonial pela metrópole e por países europeus circunstancialmente, o que marcou de modo deletério as relações sociais do país. A autora Lilian Schwarcz resgata



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

veemente tal dado histórico da formação social do Brasil para explicar o referido processo, sintetizando:

“Não é possível passar impunemente pelo fato de termos sido uma colônia de exploração e de nosso território ter sido majoritariamente dividido em grandes propriedades monocultoras, que concentravam no senhor de terra o poder de mando e de violência, bem como o monopólio econômico e político. Por sinal, a despeito de o Brasil ser, cada vez mais, um país urbano, aqui persiste teimosamente uma mentalidade e lógica dos latifúndios, cujos senhores viraram os coronéis da Primeira República, partes dos quais ainda se encastelam em seus estados, como caciques políticos e eleitorais.” (SCHWARCZ, p.19, 2019).

Embora pareça distante no tempo histórico tributar a tais elementos razões para acontecimentos da conjuntura atual, faz-se necessário para identificar o fio condutor que perfaz a trajetória autoritária e a persistência de arcaísmos na vida política e social do Brasil. Ainda de acordo com Schwarcz, o Brasil herdou o funcionamento da sociedade senhoril que se dava nos seguintes termos:

“Fazia parte do “cabedal de um senhor”, ainda, cuidar de todos aqueles que o rodeavam e suprir-lhes. Era desse modo que proprietários ampliavam seus deveres, mas também acumulavam direitos. Enrijecia-se, pois, uma sociedade marcada pela autoridade do senhor, que a exercia cobrando caro pelos “favores” feitos e assim naturalizava o seu domínio. Capital, autoridade, posse de escravizados, dedicação à política, liderança diante de vasta parentela, controle das populações livres e pobres, postos na Igreja e na administração pública, constituíram-se em metas fundamentais desse lustro de nobreza que encobria muita desigualdade e concentração de poderes.” (SCHWARCZ, p.36, 2019)

Decorre deste aspecto a árdua luta pela cidadania no Brasil, uma vez que a dificuldade em reconhecimento público dos direitos encontra-se imbricada com a formação social brasileira, bem como a própria construção do Estado nacional. Por isso, o hiato existente entre a construção do Estado democrático direito e o tardio desenvolvimento de estruturas institucionais capazes de assegurar a participação social e a redução das desigualdades, vide a perpetuação de valores, normas e uma esfera estatal permeada pela cultura política autoritária.

Para Florestan, a passagem da sociedade senhorial para a construção das bases produtivas de um capitalismo dependente e precário se dá em virtude da prontidão de algumas instituições fundamentais, a exemplo do trabalho livre (após Abolição da escravidão), do Estado centralizado e indutor de políticas de imigrações e a burguesia nacional propulsora de relações mercantis externas. Portanto, não há que se falar de forças produtivas não desenvolvidas propriamente, mas a persistência de elementos arcaicos na organização socioeconômica do Brasil.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

No que tange a obra “A revolução burguesa”, o autor analisa detalhadamente a processo político-social que resultou no Golpe de 1964, por militares e com amplo apoio de setores sociedade civil da época, Florestan Fernandes, sintetiza a capacidade das elites brasileira de acomodar tendências modernizantes do capitalismo tardio instado no Brasil, com o arcaísmo político-cultural mantenedor das desigualdades sociais, raciais e regionais.

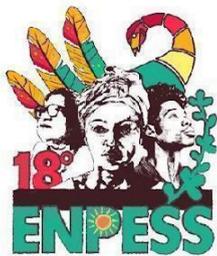
“Podia discordar da oligarquia ou mesmo opor-se a ela. Mas fazia-o dentro de um horizonte cultural que era essencialmente o mesmo, polarizado em torno de preocupações particularistas e de um entranhado conservantismo sociocultural e político. O conflito emergia, mas através de discórdias circunscritas, principalmente vinculadas a estreitos interesses materiais, ditados pela necessidade de expandir os negócios. Era um conflito que permitia fácil acomodação e que não podia, por si mesmo, modificar a história. Além disso, o mandonismo oligárquico reproduzia-se fora da oligarquia.” (FERNANDES, p. 205, 1975)

Ou seja, embora a economia brasileira estivesse ingressando no capitalismo tardio e para tal fossem necessários novos arranjos internos de ordem político-econômica, não estava garantida a manutenção da ordem democrática. De tal maneira que a própria burocratização da máquina estatal se deu mediante a concessão de privilégios à elite nacional que acumulou historicamente o poder político da fazenda açucareira e cafeeira para converter-se nas elites urbanas do início do século XX.

Nesse sentido, a saída golpista é deliberada pela burguesia nacional com franco apoio de países centrais, visando garantir a funcionalidade da economia brasileira na periferia do capitalismo monopolista. Nesta direção foi articulado o Golpe de 1964, “impedindo qualquer conciliação concreta, aparentemente a curto e em longo prazo, entre democracia, capitalismo e autodeterminação.” (FERNANDES, p. 254, 1975). Mais uma vez supressão dos direitos democráticos sucumbia perante os interesses das elites dominantes. Com isso, vê-se que o aprimoramento democrático não se deu *pari passu* à consolidação do Estado brasileiro, fazendo-se presente na cultura política nacional a normalização da suspensão dos direitos como meio de preservação de um Estado, cada vez mais distante de formas democráticas na solução de crises sociais e políticas. Ainda conforme Florestan:

“Portanto, a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos (na verdade, eles tinham existência legal ou formal, mas eram socialmente inoperantes).” (FERNANDES, p. 207, 1975)

Como vem sendo debatido neste artigo, o autoritarismo se faz premente na formação do Estado brasileiro. Contudo, vale refletir como esta característica espraia-se no tecido social por



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

meio de práticas sociais e valores arraigados nas relações cotidianas, extrapolando as fronteiras da institucionalidade do Estado. Apesar das narrativas míticas construídas pela historiografia oficial e em parte endossadas por uma vertente do pensamento social brasileiro que idealiza o brasileiro como um povo cordial, de trato familiar e doméstico levando ao limite a relação de amizade e compadrio, prevalece a violência e o poder de mando subjacente nessas relações supostamente amigáveis. Essa visão não ressoa na realidade de um país que banalizou a escravidão por séculos e reprimiu ferozmente as rebeliões de contestação do *status quo*:

“O mito da não violência foi construído graças a dispositivos ideológicos precisos que, por um lado, permitissem considerar a violência como acontecimento acidental e não como algo constitutivo da sociedade de classes, e por outro lado, justificassem a exclusão social e histórica dos sujeitos violentos” (CHAUI, p. 240, 2023)

A persistência de elementos da cultura política autoritária mostra-se resistente até mesmo quando da experiência de governos mais democráticos, relevando o poder do atraso contido no lastro autoritário, independente da forma política assumida pelo Estado brasileiro e do contexto mais geral, conforme enuncia a professora Chauí:

“[...] o autoritarismo não só como “ruptura” ou “exceção”, mas, sobretudo como um regime político apenas, ou melhor, como uma forma de governo, deixando na sombra fundamental, isto é, que a sociedade brasileira, enquanto sociedade, é autoritária. Aliás, a memória que privilegia as ações vindas do Alto e minimiza as práticas de contestação e de resistência social e popular é, ela própria, uma memória autoritária. (CHAUI, p. 260, 2023)

Portanto, as repercussões do autoritarismo herdado da formação social brasileira comprometerá a qualidade da democracia brasileira, incorporando ao léxico político a normalidade de alternativas golpistas responsáveis pelo aumento da concentração de renda, acentuando a dimensão elitista, bem como reiterando a violência contra os grupos socialmente excluídos pela sociedade ou através da omissão do Estado na forma de políticas públicas ausentes. Isso denota o quanto contextos autoritários são propícios para promover ideias violentas, discriminatórias e recusa à conquista de direitos.

Para a transformação da cultura política autoritária deve buscar a interpretação da dinâmica sociopolítica, estabelecendo uma interlocução profícua entre a sociedade civil e o Estado, fortalecendo iniciativas democratizantes no interior dos aparatos governamentais, em direção a uma nova institucionalidade (RAICHELIS, 2006). Todavia, as iniciativas nesse sentido têm sido interrompidas por ciclos marcados pelo recrudescimento do autoritarismo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

### III – A historização do conceito de cultura política

Os debates sobre os conceitos construídos pela Teoria da Cultura Política são polissêmicos. Trata-se de um campo de estudo entremeado por diferentes áreas do conhecimento, nos quais sobressaem os estudos na área da Ciência Política, fortemente representada por análises quantitativas e/ou comportamentais em pleitos eleitorais ou apreendem comportamentos e condutas de um dado grupo, definido por variáveis e métricas, por vezes desconsiderando as dimensões ideológicas e históricas da sociedade e Estado em questão.

É possível pacificar algum consenso em torno da cultura política, como aquele que diz respeito à existência de cultura(s) política(s) dentro de um mesmo país, tendo em vista as abordagens que vão da vertente culturalista até aquelas adstritas ao campo da ciência política, com suas métricas e equações verificáveis de dados sobre o comportamento que expressam um conjunto de valores partilhados por grupos ou uma parcela da população, definidos por crivos metodológicos para estudo aprofundado das motivações políticas subjacentes nas escolhas individuais e coletivas. Logo, vê-se que a cultura política se funda em aspectos de dinamicidade, heterogeneidade e diversidade.

Assim, o conceito de cultura política foi muitas vezes usado para analisar de forma normativa o desempenho de uma instituição, avaliada pela sua capacidade o conceito de cultura política foi muitas vezes usado de preservar o direito à liberdade do cidadão, com a separação entre os espaços públicos e privados, e a possibilidade de manutenção dos valores democráticos. Entretanto, apesar do caráter etnocêntrico original do conceito, creio que ele ainda tem valor, se for utilizado com as devidas precauções metodológicas e cuidado com as proporções do argumento. (GOULART, 2015, p. 122)

Vale salientar, que os estudos iniciais sobre cultura política eram eivados de etnocentrismo, cuja conceituação mirava-se numa suposta evolução das características da democracia Ocidental, nos moldes da definição pretensamente universal. Outro elemento fundamental no estudo da cultura política diz respeito à ampliação do “conceito de atividade política para além das fronteiras das esferas de atuação do Estado, rediscutindo o papel do Estado colonial e as repercussões desse modo de dominação na cultura e organização social dos grupos locais”. (FANTINEL, p. 3, 2011)

O termo cultura política surge como conceito em 1960, resultado de estudos advém de diferentes perspectivas sociológica, antropológica e psicológica para denominar dados fenômenos políticos. Os estudos acerca da cultura política no Brasil são ainda incipientes, embora se



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

reconheça o destaque da vertente culturalista, verifica-se ainda que a ênfase dos estudos recaia muito mais sobre a formação do Estado e os aspectos históricos que o forjaram, tributários da teoria institucionalista norte americana. No entanto, neste estudo será perseguido o objeto de análise acerca dos elementos fundamentais responsáveis pelas práticas que impregnam o cotidiano da vida social brasileira de autoritarismo e violência, perseguindo a historicidade do processo de formação social do país como cerne na construção da cultura política autoritária.

Deve-se considerar as culturas políticas a partir da miríade do Estado, das instituições públicas, das práticas sociais, valores e códigos materializados no escopo administrativo, espalhando-se até a vida social mais ampla. Pois, sabe-se que “a institucionalidade seja o limite da política. Tal institucionalidade, no entanto, sempre é o reflexo de determinada configuração do mundo social, que ela tende a incorporar em seus pressupostos.” (MIGUEL, 2019). Interessa conhecer o processo de espelhamento entre sociedade e Estado, no qual o aumento do autoritarismo em um reflete sobremaneira no outro.

Frequentemente se constata, na bibliografia sobre a evolução do Estado no Brasil, e com certa razão, a influência de um passado de instabilidade política e econômica, bem como de um legado autoritário que tem obstaculizado a construção de uma cultura política verdadeiramente democrática no País. (BAQUERO, p. 2, 2001)

Considerando a profunda articulação entre os valores difusos socialmente e as políticas sociais e o papel do Estado na construção da cultura política, restam alguns questionamentos sobre as capacidades democratizantes ou reiterativas do autoritarismo nas políticas sociais. Isto é, como os resultados das políticas sociais podem incidir na transformação da cultura política, simultaneamente às pressões exercidas nas práticas institucionais pelo clientelismo, racismo, classismo e preconceitos de diversas ordens e corroboram para manutenção de uma sociedade injusta e desigual.

A organização da política e do Estado e a modernização do país ficaram marcadas por essas práticas personalizadas e autoritárias de exercício do poder. Esta cidadania concedida é reproduzida graças a uma "cultura política da dádiva" que se sustenta num certo fetiche da igualdade e de encurtamento das distâncias sociais, que tem justamente a finalidade de esconder as desigualdades sociais. Com a República, os mecanismos de clientelismo e patronagem inspiraram as relações de mando no meio rural estendendo-se, também, com algumas variações para o meio urbano. Se a cultura da dádiva às vezes foi contestada politicamente, outras vezes foi imposta ou "concedida" pelo medo e pela violência. Ela constitui um das formas de expressão da cultura autoritária no Brasil. (MARTINS, p. 117, 1999)

Os pioneiros nos estudos da cultura política foram Gabriel Almond e Sidney Verba, que definiram cultura política como a “expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações da sua população” (Fantinel, 2011), circunscrito às



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

questões individuais ou de grupos, com forte viés de linearidade entre motivações que oscilavam entre arquétipos psicológicos e determinados tipos comportamentais, em um dado contexto histórico. Vale salientar, que os estudos iniciais da Teoria da Cultura Política eram eivados de etnocentrismo, cujo ideal de cultura política mirava-se nas características dos moldes democracia norte-americana e incorporavam as idiossincrasias daquela sociedade como parâmetro para análise de realidades distintas. Conforme mencionado por Moisés (2008) *apud* Fantinel (2011), "os novos regimes são bastante diferentes entre si e que não existe uma única via para a institucionalização da democracia".

O cenário brasileiro indica significativamente os caminhos tortuosos pelos quais anda a democracia brasileira, sendo, portanto, a cultura política um dos possíveis vieses para compreender as contradições provocadas pelo autoritarismo persistente, à luz de avanços democráticos relevantes como a Constituição de 1988. Porém, como advertido anteriormente não se pode aferir o amadurecimento da cultura política somente por aspectos formais, bem como considerar o crescimento de uma agenda política pelo reconhecimento de direitos pela sociedade brasileiro, sugerindo níveis de importância para as(os) cidadãs(aos) de temas que ainda não penetraram nas estruturas estatais.

Assim, o conceito de cultura política foi muitas vezes usado para analisar de forma normativa o desempenho de uma instituição, avaliada pela sua capacidade o conceito de cultura política foi muitas vezes usado de preservar o direito à liberdade do cidadão, com a separação entre os espaços públicos e privados, e a possibilidade de manutenção dos valores democráticos. Entretanto, apesar do caráter etnocêntrico original do conceito, creio que ele ainda tem valor, se for utilizado com as devidas precauções metodológicas e cuidado com as proporções do argumento. (GOULART, p. 122, 2015)

Os esforços de sistematização acerca da cultura política brasileira deverá levar em contato a pluralidade regional, as interferências no Estado por meio das elites político-econômicas das regiões na conformação das correlações de forças que construíram processos decisórios ora mais democráticos, ora mais autoritários. Isto é, identificar os atores e as forças sociais presente para além dos ritos institucionais. O professor Marcello Baquero, estudioso da área de cultura política no Brasil, justifica tal tendência a partir da seguinte perspectiva:

Frequentemente se constata, na bibliografia sobre a evolução do Estado no Brasil, e com certa razão, a influência de um passado de instabilidade política e econômica, bem como de um legado



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

autoritário que tem obstaculizado a construção de uma cultura política verdadeiramente democrática no País. (BAQUERO, p. 2, 2001)

No retrospecto histórico brasileiro é comum a síntese sobre a formação de um Estado centralizador, cujos processos decisórios passavam ao largo da cidadania participativa e das demais instâncias decisórias. Com isso, identifica-se de modo veemente a secundarização do Parlamento, como câmara representativa dos interesses populares, funcionando efetivamente como espaço para clientela e expressão do “personalismo e a incapacidade do povo na suposta incapacidade da sociedade em se mobilizar autonomamente para fiscalizar e modificar o processo político”. (Baquero, 2001).

Assim, repensar o processo histórico que deu origem à formação de valores, normas e atitudes que norteiam o comportamento político na sociedade brasileira é, sem dúvida, uma tarefa bastante complexa, porque se de um lado nos deparamos com uma ampla bibliografia enfocando aspectos socioculturais, políticos e econômicos, de outro encontramos poucos estudos que nos permitam entender como se forjou a consciência política desta sociedade e de que modo ela tem se expressado em sua cultura política. (BAQUERO, p. 102. 2001)

A relação entre a racionalização do Estado brasileiro e a constituição da sociedade civil explica, em alguma medida, a formação tardia de uma esfera pública no Brasil. Nesse sentido, uma esfera pública devidamente cientificada das suas funções podem tensionar o Estado a fim de desempenhar um papel indutor da cultura política arraigada de clientelismo e favorecimento das elites sociais no processo de tomada de decisões. Ademais, a participação social abrindo flancos de participação e deliberação colegiados, tornando o Estado mais permeável a setores historicamente excluídos das estruturas administrativas.

#### **IV- Os ataques à democracia brasileira como manifestação ideológica do autoritarismo**

O Golpe de 2016 representou um dado histórico de reconhecimento da prevalência da cultura política autoritária, visto que reflete necessariamente um momento político de esvaziamento democrático e interrupção de um pequeno ciclo histórico de avanços sociais importantes.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

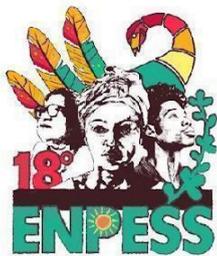
Em se tratando dos elementos que forjaram a cultura política com fortes traços autoritários interessa saber o processo histórico, nos termos da autora Lilia Schwarcz, em sua obra “Sobre o autoritarismo brasileiro” (2019):

O nosso passado escravocrata, o espectro do colonialismo, as estruturas de mandonismo e patriarcalismo, a da corrupção renitente, a discriminação racial, as manifestações de intolerância de gênero, sexo e religião, todos esses elementos juntos tendem a reaparecer, de maneira ainda mais incisiva, sob a forma de novos governos autoritários, os quais, de tempos em tempos, comparecem na cena política brasileira. (SCHWARCZ, 2019, p. 184)

A cultura política que emerge no contexto do golpe de 2016 recupera a herança autoritária brasileira, marcada por rupturas institucionais e graves crises econômica e social. Tal cenário obstaculiza sobremaneira a consolidação democrática no Brasil, uma vez que se interrompeu o ciclo expansivo dos direitos de diversas naturezas, resultando no embotamento do Estado, encerramento dos mecanismos participacionistas e o redimensionamento ideológico das políticas sociais. Tal período significou um novo momento das políticas sociais, pois atravessadas pelo ciclo do autoritarismo expresso em medidas direcionadas ao desmantelamento das práticas democratizantes, apresentou-se como óbice à expansão dos direitos sociais e ao aprofundamento da cultura política democrática no país.

Entretanto, o Golpe de 2016 se dá na esteira da escalada autoritária internacional e que reverberam no Brasil ainda no ano de 2013, quando pautas vinculadas ao campo progressistas começam a sofrer ataques, assim como os sujeitos, grupos e entidades defensoras do aprofundamento democrático necessário passam a ser igualmente hostilizados. Sendo possível localizar “o retorno de narrativas autoritárias à cena social e institucional, como uma resposta política “normalizada”, parece ter ignorado os avanços constitucionais das três últimas décadas.” (BAGGIO, 2022) Ou seja, verificam-se a grande influência política e a forte conexão com a sustentação das instituições democráticas, os procedimentos, mas também os valores compartilhados expressos em práticas coletivas que reconhecem a importância da estabilidade democrática como um *continuum*.

De acordo com o enunciado do autor Luís Felipe Miguel, “o Estado produz os comportamentos, institui categorias de agentes, dissemina práticas (como a cidadania) e contribui para moldar o mundo social o qual se impõe.” (MIGUEL, p. 57, 2019). Nesse viés, não é equivocado elaborar que governos mais comprometidos com a gestão democrática desse Estado, acenam para democratização da cultura política, pois difundem os princípios da participação, da



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

transparência pública e aprimoramento das políticas sociais. Enquanto que governos mais vinculados ao autoritarismo tendem a programar uma redução democrática, no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos, a moralização das demandas sociais, rejeitar a participação e transparência pública como estratégia de desmobilização de uma cultura política crítica ao cenário posto.

Os efeitos na cultura política brasileira do Golpe de 2016, situando a relação mútua entre os fatores que levaram a ocorrência do golpe e os resquícios autoritários, retroalimentando a verve autoritária da cultura política em contexto de fragilização das instituições democráticas. Com isso, o dimensionamento do recuo democrático ocorrido no Brasil, no período que se deu após o processo ilegítimo de retirada da presidenta Dilma Rousseff sugere a inconformidade com o procedimento elementar da democracia, qual seja, o respeito ao rito eleitoral, legitimado no voto popular, objetivando trazer à tona uma agenda regressiva para os direitos sociais.

Para tanto, o rebaixamento das pautas sociais cumpre o decisivo papel em espriar o autoritarismo através do aumento das desigualdades sociais de diversas naturezas, sejam econômicas, raciais, de gênero, regionais, etc. Ou seja, o recrudescimento autoritário nos acontecimentos recentes da política nacional não pode ser compreendido sem o recurso à história. Isso denota o quanto contextos autoritários são propícios para promover ideias violentas, discriminatórias e recusa a conquistas de direitos.

O acirramento do autoritarismo foi promovido pelas tensões políticas latentes na sociedade brasileiras fazendo emergir pautas retrógradas no campo dos direitos civis e políticos, bem como forte a criminalização das minorias políticas e movimentos sociais, concomitante à desqualificação da estrutura institucional que sustentava o combalido sistema de proteção social.

A rigor, o ano de 2016 consubstancia uma nova época histórica na vida brasileira, instaurando um tempo de autoritarismo, em meio às configurações formais da democracia representativa, na República Brasileira. Trata-se de um ataque frontal à democracia no Brasil, atingindo as instituições e permeando a própria cultura política. (CARVALHO et al., 2021, p. 152)

A partir do governo Bolsonaro as políticas sociais assumem uma conformação novamente amadora, apartada da validação científica, com forte teor clientelista e um conteúdo despolitizante. A descaracterização do viés técnico, a negação do conhecimento científico no referido período consolida na gestão pública práticas e sentidos antagônicos às tendências democratizantes da cultura política. Segundo o autor Luís Felipe Miguel, “a democracia é entendida como a tendo o



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

objetivo de ampliar a capacidade de influência popular sobre as decisões públicas, então o processo em curso no Brasil pode ser definido como *desdemocratização*.” (Miguel, 2018)

Em síntese, o governo Bolsonaro recuperou as práticas de gestão pública semelhantes àquelas utilizadas no período ditatorial revestidas de suposta legalidade, podendo-se enumerar algumas para efeito de dimensionamento do tamanho do prejuízo para as bases institucionais do Estado brasileiro e a conseqüente repercussão na cultura política nacional, quais sejam, desprezo à transparência da gestão pública, encerramento das atividades da Comissão Nacional da Verdade, a não realização de Censo Demográfico, suspensão de dados que alimentam plataformas informacionais nas diferentes políticas públicas, como parte de uma estratégia de desprestigiar a ciência; restrição de acesso a informações governamentais e do orçamento público, através de imposição de sigilo.

Além da péssima relação com a imprensa, atentando contra a publicidade dos atos de governo, provocando um verdadeiro vazio informacional no que diz respeito aos atos de governo. Ademais, a crise política decorrente do desrespeito à institucionalidade política e independência dos poderes, expresso através dos ataques ao STF, à descredibilização da Justiça eleitoral e afrontas com Congresso Nacional, a despeito da relação promíscua e clientelista com essa Casa, cujo orçamento secreto tornou-se a insígnia do trato com os parlamentares no Governo Bolsonaro. Esta reflexão evidencia a urgência em atribuir à democracia um sentido para além do jurídico-formal, consolidando uma cultura política democrática nas instituições e no usufruto de direitos dos(as) cidadãos e cidadãs.

A experiência das novas democracias nos últimos anos tem mostrado que não existe uma relação linear entre o funcionamento normal das instituições democráticas e democratização da sociedade. [...] Fica evidente, assim, que um sistema democrático não garante o surgimento de práticas democráticas e a prevalência de relações democráticas. A tradição da cultura política latinoamericana permite a reprodução de formas políticas de relação clientelística. (BAQUERO *apud* JELIN, 1993, p. 23)

Os elementos subjacentes à cultura política brasileira apresentam-se como constante ameaça à estabilidade democrática, na medida em que recupera o lastro histórico de autoritarismo e perfaz o desenvolvimento da sociedade e do Estado. Nesse sentido, em se tratando de consolidação democrática no Brasil, identifica-se como um processo em aberto, no qual o respeito às instituições e aos ritos democráticos precisam ser assegurados cotidianamente, igualmente necessário à luta para expandir e consolidar práticas e mecanismos no âmbito do Estado e da sociedade que mirem na constante democratização.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Considerando as distorções encontradas na realidade política brasileira contemporânea e os desafios concretos para materialização das garantias democráticas mediadas pelo Estado, destaca-se sobremaneira a redução da desigualdade social, o avanço nas pautas sociais que perfazem a trajetória dos direitos civis de populações diversas serem respeitadas (mulheres, negros, indígenas, ribeirinhos e povos das florestas, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, etc.) até mesmo a realização dos direitos das gerações futuras, postos através de direito à memória e às questões ambientais e climáticas. Isto é, um aprofundamento democrático interdito reiteradamente pela lógica autoritária que chegou ao Estado brasileiro e prestou enorme desserviço no que tange à difusão de uma cultura política democratizante e minou a credibilidade das instâncias participativas quando “se faz tanto pela demonização da política e do “comum” quanto pelo investimento na crença de que não há alternativa para o *status quo*.” (CASARA, 2017).

A criação de novas estratégias de governo com práticas que socializem a política e coletivize as condições de vida dignas é condição *sine quo non* para recuperar a legitimidade da democracia em sentido amplo e enfrentar as experiências autoritárias que persistem no cenário institucional, mas também na sociedade com discursos reacionários, violentos, que retroalimentam preconceitos e discriminações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa de; CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo. Revista *Katálysis*, v. 24, n. 1, p. 146–156, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/KWXN3b3JFnjyYvw6PTtpjcw/#>.

BAGGIO, R. C. Democracia e autoritarismo: armadilhas do processo constituinte brasileiro. Revista *De Investigações Constitucionais*, 9(2), 451–476, 2022.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

BAQUERO, M. Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América Latina: Estado e partidos políticos. In: Baquero, M. (org.). Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas. Porto Alegre, UFRGS, p. 26-41, 1994.

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconstrução democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. São Paulo Perspec, 15(4), 98- 104. 2001.

CASARA, Rubens R R. Estado pós-democrático: neo:obscurantismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CHAUÍ, Marilena. Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro. Org: André Rocha. 2. ed.; 2. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2023.

FANTINEL, Leticia Dias. Algumas questões para se pensar cultura política no Brasil. Revista. Psicologia Política, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 15-28, jun. 2011.

GOULART. Barbara. O conceito de cultura política nas ciências sociais e as especificidades brasileiras. In: Século XXI - Revista de Ciências Sociais. v. 5, n. 1 (2015). Universidade Federal de Santa Maria – RS.

MARTINS, Paulo Henrique. Cultura Autoritária no Brasil. Revista de Ciências Sociais, [S. l.], v. 30, n. 1/2, p. 105 a 132, 1999. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/42515>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória. São Paulo: Boitempo, 2018.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a gestão das políticas sociais – um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In: Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS: OMS: Ministério da Saúde, 2006.

SCHWARCZ, Lilia M. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.